

**A diferente distribuição  
do saber escolar:  
um estudo  
da discriminação social  
através de programas  
de ensino**

Heliane Gramiscelli  
Ferreira de Mello

Dissertação de Mestrado defendida  
em 29.04.1985 na Faculdade de  
Educação da UFMG

Orientadora:  
Magda Becker Soares

A dissertação analisa os três programas de ensino de língua materna, utilizados nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais, para a matéria Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa, na faixa de escolaridade compreendida entre a primeira e a quarta série do 1º grau: Programa de Ensino do 1º grau – Comunicação e Expressão, a Sugestão de Programa do Projeto Alfa e a Sugestão de Programa para a Zona Rural.

A análise evidencia diferenças acentuadas entre os três programas, quanto à seleção do conteúdo, sua organização e sua gradação. Existe uma distribuição discriminativa do saber escolar, através do qual o sistema de ensino produz e reproduz as condições institucionais para o exercício de sua função de inculcação e de reprodução cultural.

A conclusão é que a existência de três programas de ensino de língua materna para a mesma faixa de escolaridade é um artifício utilizado pelo sistema de ensino para garantir que o saber *legítimo* continue privativo das classes dominantes: há um programa – expressão verdadeira do saber *legítimo* – que só a essas classes chega, e há duas versões desse programa, que são o aligeiramento e a facilitação dele, destinadas às classes dominadas urbanas e rurais.

**Orientação Educacional  
na escola brasileira:  
estudo crítico  
de suas propostas,  
seus resultados  
e de sua função.**

Tese de doutoramento apresentada à  
Universidade de Frankfurt em  
10/04/1985.

Rita Amélia Teixeira Vilela

A OE é regulamentada por Lei no Brasil desde 1942. Conforme foi instituída, ela se reveste da tarefa de oferecer aos alunos atividades auxiliares que os ajudem a superar dificuldades individuais e a se integrarem na vida escolar como pré-requisito para sua integração social e ingresso na vida profissional.

\* Original: Erziehungsberatung an brasilianischen Schulen: Eine Kritische Untersuchung ihres Anspruchs, ihrer Funktion und Auswirkungen.

Sob esta perspectiva, a OE seria um dos recursos usados na escola brasileira para poder funcionar de forma democrática (ela garantiria a todos os alunos condições satisfatórias de aprendizagem) e como agente de democratização social (a escolarização plena e satisfatória como requisito para fazer uso individual das chances de ascensão garantidas na sociedade aberta).

Enquanto a discussão crítica da Educação no Brasil vem questionando tanto a **escola democrática** como a **democratização pela escola**, a OE tem insistido na sua proposta e capacidade de se colocar neutramente na escola, a serviço do aluno, para favorecer sua emancipação.

O trabalho apresentado examina crítica e historicamente esta proposta de OE, e procura deduzir, desta crítica, uma nova orientação teórica e prática para a atividade.

A primeira parte da Tese expõe os resultados de uma análise empírico-histórica que possibilitou o elucidamento da função da OE no sistema de ensino brasileiro, relacionando-a estruturalmente ao processo de desenvolvimento do próprio sistema de ensino a que serve. A crítica da OE vincula-se à crítica da escola brasileira, adequada ao modelo de desenvolvimento capitalista e da ideologia liberal, mais precisamente a partir de 1930. A ideologia da OE é elucidada no confronto das condições reais de funcionamento da escola no Brasil com as concepções de educação em que a OE se fundamenta (humanista, idealista e tecnicista), e que também tornaram possível a alocação da atividade no sistema de ensino, como instrumento de legitimação da educação vigente: a OE seria recurso e meio utilizado pela escola para adaptar o aluno ao caminho escolar que lhe fora estruturalmente predestinado, e teria sido instrumento do Estado para proclamar e sustentar, via Educação, a ideologia liberal.

A segunda parte relata os resultados de uma experiência concreta de OE, demonstrando empiricamente como a OE realiza sua função estrutural,

elucidando, porém, as contradições desta prática que indicassem as possibilidades de redimensioná-la (1).

A terceira parte procura construir teoricamente uma proposta de OE orientada pela pedagogia dialética.

Nesta parte são retomados os conceitos básicos do marxismo que apontam e elucidam a dinâmica dialética das relações sociais, e que são utilizados como argumentação para comprovar as contradições inerentes na OE, tanto na sua inter-relação com o sistema de ensino brasileiro, quanto na prática exemplificada pelo Projeto APD.

O redimensionamento da OE, sob a perspectiva da pedagogia dialética, supõe ação centrada nas contradições produzidas na prática da educação a serviço do sistema de produção e ideologia vigentes, gerando e determinando a necessidade e possibilidade de superação desta ordem. Só se pode efetivar a praxis da OE inserida na praxis maior de todo o movimento educacional presente no atual momento da sociedade brasileira. Nesta perspectiva são retomadas as contradições básicas elucidadas no Projeto APD para exemplificar o espaço possível para a redefinição da OE: como ela pode e deve desvestir-se de sua função estrutural e colocar-se a serviço do aluno marginalizado para favorecer sua emancipação.

São apontadas a possibilidade da competência técnica do orientador educacional para sanar problemas de aprendizagem dos alunos das séries iniciais do 1º grau (para possibilitar-lhes a escolarização como fato possível) e a necessidade do engajamento político do profissional de orientação na luta pela escola democrática no Brasil.

1) Como estudo de Caso de OE foi considerado o Projeto APD (Assistência Psicopedagógica Descentralizada) da SEE/MG; realizado durante o período de 1977-1982 como medida para sanar as dificuldades específicas de aprendizagem de alunos com repetência acumulada na 1ª série do primeiro grau.

## Luta dos trabalhadores pela escola

Rogério Cunha de Campos

Dissertação de Mestrado defendida em 28.02.1985 na Faculdade de Educação da UFMG.

Orientador:  
Miguel González Arroyo

Na segunda metade da década de 70, assistimos ao desenrolar de diversos movimentos de trabalhadores na sociedade brasileira, entre eles, os movimentos por educação escolar pública.

Tais movimentos guardam relações com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em especial com as transformações que se verificam a partir dos anos 50, ligados à expansão da indústria e construção de uma classe operária moderna e relativamente concentrada. Relaciona-se, igualmente, com o paralelo agravamento das condições coletivas de vida das classes subalternas, nas regiões industriais metropolitanas.

Os trabalhadores expressam em seus movimentos que a escola é uma conquista: é resultado de luta árdua e cotidiana.

O estudo das reivindicações dos trabalhadores da região industrial de Belo Horizonte e Contagem por educação escolar; seu encaminhamento através de organizações locais (associações de moradores, comissões específicas etc.); as principais tendências reveladas pelos movimentos; as tensões entre o clientelismo e uma perspectiva autônoma; as relações que guardam com outras reivindicações e movimentos dos trabalhadores, na região, na conjuntura 1975/76 a 1981, constituem os pontos centrais da tese.